



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Salto, 24 de fevereiro de 2026

RELATÓRIO Nº 01

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA FINANÇAS AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS – 20 DE FEVEREIRO DE 2026 - 3º QUADRIMESTRE 2025

INTRODUÇÃO

No dia 20 de fevereiro de 2026, foi realizada no plenário da Câmara Municipal de Salto a Audiência Pública da Secretaria de Finanças, em cumprimento à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com a apresentação dos dados orçamentários referentes ao 3º quadrimestre do ano. A exposição foi conduzida pela secretária de Finanças, Cláudia Eliane Pastorello Rodrigues, que estava acompanhada pelo consultor Gabriel Pomini, da empresa Meta Pública, e pelos secretários municipais Gilmar Mazeto (Governo) e Raisuli Hudson Ferraz da Silva (subsecretário de Governo).

A audiência foi conduzida pelo presidente da Câmara, vereador Clayton Aparecido dos Santos, e teve a presença dos vereadores Almir de Melo Santos, Antônio Moreira Sobrinho, Arildo Guadagnini, Edemilson Pereira dos Santos, Edival Pereira Rosa, Graziela Costa Leite, Henrique Balseiros Chamosa Neto, Luzia de Fátima Izidório Vidal, Michel Oliveira Rodrigues da Silva e Rogério dos Santos Filho.

CONTRIBUIÇÕES

A audiência pública de finanças iniciou com a Secretária Cláudia Eliane Pastorello Rodrigues destacando a importância do trabalho em equipe, agradecendo especialmente à sua subsecretária Andreia por sua dedicação no controle orçamentário, aos demais colaboradores da Secretaria de Finanças, ao Secretário de Governo Gilmar e aos vereadores pela devolução de parte do orçamento à prefeitura, o que foi crucial para a manutenção de serviços essenciais. Ela apresentou o relatório de avaliação das metas fiscais do terceiro quadrimestre, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), usando os instrumentos de planejamento LDO26 e LOA.

Em sua apresentação, a Secretária informou que as receitas correntes no terceiro quadrimestre totalizaram R\$ 781.579.940 atualizadas e R\$ 827.961.366 acumuladas, indicando



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

uma melhora na arrecadação. As receitas intraorçamentárias correntes foram de R\$ 8.250.692. No entanto, houve uma frustração nas receitas de capital de R\$ 49.729.193, que eram provenientes de convênios, emendas e operações de crédito, atribuída à superestimativa do orçamento da gestão anterior. Embora isso comprometa investimentos, não afeta o cumprimento dos serviços essenciais. A receita líquida total da prefeitura ficou em R\$ 719.246.377 e o SAAE, em particular, mostrou superávit devido a reajustes de tarifas. Quanto às despesas orçamentárias, as correntes empenhadas somaram R\$ 711.369.904 e liquidadas R\$ 682.953.634. As despesas de capital empenhadas foram R\$ 41.930.017 e liquidadas R\$ 34.581.212. Ela mencionou um aumento de 114,60% nos juros e encargos, justificado pela liberação de valores de empréstimos para convênios e obras, estando dentro do previsto.

A Secretária Cláudia também apresentou um superávit orçamentário municipal de aproximadamente R\$ 6.598.000, e detalhou os restos a pagar (dívidas flutuantes processadas e não processadas, nos valores de R\$ 1.372.050 e R\$ 35.786.926, respectivamente), enfatizando a necessidade de reserva de caixa para honrá-los no ano seguinte. A dívida consolidada do município, de R\$ 86.508.918, apresenta um saldo negativo de R\$ 3.015.000 após deduções, o que, positivamente, significa que o município tem recursos para quitar suas dívidas. O comprometimento da dívida é de apenas 0,41% da receita líquida, bem abaixo do limite de 120%, permitindo a busca por novos financiamentos. O resultado nominal consolidado foi de - R\$ 32.612.325, o que, contrariando a meta positiva da LDO de R\$ 30.456.000, foi explicado como um resultado positivo para o município, pois indica que foi gasto menos do que arrecadado, diminuindo o endividamento existente. O resultado primário consolidado foi positivo em R\$ 76.187.124, reforçando a sustentabilidade financeira. Finalmente, ela assegurou que o município cumpre os limites constitucionais: 27,2% na educação, 99,64% no FUNDEB, 26,66% na saúde e 44,66% nas despesas com pessoal, estando abaixo do limite de alerta do Tribunal de Contas. Encerrou sua fala com a metáfora de que o município "saiu da UTI", mas ainda precisa de muito trabalho.

O Vereador Edemilson Santos elogiou a apresentação, afirmando que os números trazem alívio à sociedade e demonstram avanço. Ele destacou os investimentos em educação (27,31%) e saúde (27,59%) como importantes para a qualidade de vida da população. Ele questionou o andamento da dívida ativa e seu valor, que ele mencionou ser de R\$ 500 milhões, e perguntou ao Secretário de Governo Gilmar sobre a satisfação do governo em relação aos serviços públicos.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Em resposta, a Secretária Cláudia esclareceu que a dívida ativa, agora sob responsabilidade da Procuradoria, está sendo trabalhada com protestos online e que o valor é de "trezentos e poucos milhões", não R\$ 500 milhões. Ela informou que o Tribunal de Contas exige a cobrança e que, embora os resultados iniciais sejam pequenos, os recursos serão buscados. O Secretário de Governo Gilmar Mazeto completou que a satisfação do governo ainda não é plena, pois o município assumiu muitos problemas, citando a dívida com a CSO como um dos maiores. Ele corrigiu a impressão de que o município "melhorou muito em dinheiro", explicando que a melhora é orçamentária, com redução de um déficit significativo, mas que ainda há desafios financeiros, como a falta de R\$ 25 milhões para a folha de 2026 e outros R\$ 25 milhões para a educação.

O Vereador Clayton Aparecido dos Santos perguntou se o município está rigorosamente dentro dos limites da LRF e sobre os planos para quitar os restos a pagar acumulados, citando especificamente a dívida com a CSO. A Secretária Cláudia confirmou que o município cumpre todos os limites da LRF e informou que um projeto de lei para a quitação da dívida da CSO em 45 parcelas foi protocolado na Câmara, resultado de um consenso entre as partes. Ela também listou diversas dívidas de 2024 que somavam R\$ 36.248.975, ressaltando que, com exceção da CSO, todas foram quitadas, e que acordos com a CPFL estão sendo finalizados, reforçando a melhora contínua.

O Vereador Almir de Melo Santos questionou a qualidade do serviço de "tapa-buraco", perguntando por que não é feito de forma duradoura para evitar gastos recorrentes. O Secretário Gilmar Mazeto explicou que é impossível realizar o tapa-buraco de forma eficaz na época de chuvas, pois o asfalto não suporta água nem óleo diesel, e que o serviço será retomado com duas equipes assim que o tempo permitir.

O Vereador Edival Pereira Rosa indagou sobre a arrecadação e o destino das multas, a intenção de retornar com programas como o Refis para IPTU e o andamento do projeto de parcelamento de ITBI. A Secretária Cláudia respondeu que as multas são destinadas à Defesa Social e que maiores detalhes podem ser obtidos via requerimento. Sobre o Refis, ela afirmou que, no momento, não há planos para tal, pois estudos mostram que o aproveitamento de programas anteriores foi insignificante e gerava expectativa entre quem poderia pagar. Ela orientou que o parcelamento de dívidas de IPTU é sempre possível através do Atende Fácil, mas sem isenção de multas e juros. André, da Secretaria de Finanças, complementou que a



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

arrecadação do IPTU de cota única de 2026 atingiu o esperado e que o parcelamento de ITBI está em vigor, com previsão de prorrogação devido ao aumento da demanda. Gilmar e Cláudia acrescentaram que R\$ 22 milhões de IPTU de 2025 não foram pagos e que, apesar da inadimplência, a arrecadação de IPTU cresceu 3,5% e o ITBI 32,35%.

A Vereadora Graziela Costa Leite expressou preocupação com a falta de detalhamento nos decretos de remanejamento e na prestação de contas. Ela questionou o alto percentual do FUNDEB destinado à folha de pagamento (97%) e a baixa proporção para investimentos (2,5%), citando escolas em condições inadequadas. Indagou sobre o Decreto 322/2025, que destinou R\$ 5 milhões de verba vinculada (precatório) para a CSO, perguntando se foi imprevisto. Apontou uma queda nos investimentos e a falta de transparência no portal da prefeitura, além de questionar a diferença entre o resultado nominal apresentado (-R\$ 32.600.000) e a meta positiva da LDO, e a solicitação, em ata do FUNDEB, de um extrato detalhado da utilização dos recursos.

A Secretária Cláudia reiterou que a audiência segue os padrões do Tribunal de Contas e LRF, não sendo uma prestação de contas detalhada, e que informações mais específicas devem ser solicitadas por requerimento. Sobre o FUNDEB, ela explicou que o alto percentual na folha é uma realidade nacional devido ao piso salarial e que o município realoca fontes para garantir investimentos em educação. A verba para a CSO, via Decreto 322/2025, foi um recurso extraordinário (precatório) recebido pelo município. Em relação ao resultado nominal, a Secretária esclareceu que o resultado negativo de -R\$ 32 milhões, comparado à meta de +R\$ 30 milhões da LDO (que previa endividamento), na verdade demonstra que o município gastou menos e conseguiu reduzir o endividamento, cumprindo a meta fiscal de forma positiva. Ela também mencionou que a execução de R\$ 20.556.000 em investimentos é uma "troca de despesa" considerando que a gestão anterior gastou R\$ 54 milhões e deixou R\$ 90 milhões em dívidas.

O Vereador Henrique Balseiros parabenizou a gestão pela redução da dívida, criticando aqueles que torcem contra o município. Ele reforçou a importância de investimentos com responsabilidade e a estratégia de organizar as dívidas antes de investir. Ele buscou a confirmação da Secretária de que a dívida diminuiu em R\$ 30 milhões, o que foi confirmado para a dívida consolidada líquida em R\$ 32 milhões em relação a 2024.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

O Vereador Michel Oliveira Rodrigues da Silva perguntou sobre o valor das renúncias e isenções fiscais em 2025, se há revisão e projeção para o ano corrente, e também questionou se a limitação de liberação ambiental da CETESB (grau 2 em Salto, contra até 5 em cidades vizinhas) afasta grandes indústrias e prejudica a arrecadação. A Secretária Cláudia informou que não houve concessão de novas isenções em 2025, e as existentes são mantidas para empresas que cumprem os requisitos. Ela e André mencionaram que a revisão é complexa, pois envolve leis antigas, mas que prazos expirados não mantêm o benefício. O Secretário Gilmar Mazeto reconheceu que a limitação ambiental e a falta de grandes áreas para indústrias em Salto são um prejuízo, afastando grandes empresas e afetando a arrecadação, destacando que o município herdou muitos problemas e que o tempo é curto para resolver tudo.

A Vereadora Luzia de Fátima Izidório Vidal expressou sua preocupação com os servidores e com a "dor" de o município estar constantemente pagando dívidas, usando a analogia do "cobertor curto". Ela perguntou ao Secretário Gilmar sobre a solução para a dívida da CSO e questionou a Secretária Cláudia sobre quais empresas mais devem ao município. Ela também defendeu a necessidade de um programa de Refis para que a população inadimplente de IPTU possa regularizar suas dívidas.

A Secretária Cláudia rechaçou a analogia do "cobertor curto", afirmando que finanças é planejamento e responsabilidade. Ela justificou a difícil decisão de suspender as férias de servidores como uma medida planejada para manter o pagamento em dia e honrar compromissos, sem prejudicar os direitos. Sobre o Refis, ela reiterou que programas anteriores tiveram pouco impacto e que parcelamentos de dívidas são sempre possíveis no Atende Fácil. Cláudia afirmou que a dívida da CSO é a última a ser resolvida e que, com o projeto em andamento, o município terá fôlego para "tecer um novo cobertor com responsabilidade". O Secretário Gilmar Mazeto detalhou o acordo com a CSO: R\$ 24 milhões líquidos a serem pagos em 45 meses, sem multa de 2% e com juros calculados até 31 de janeiro de 2026, com parcelas mensais de R\$ 537.000. Ele enfatizou que o município está cobrando a população, citando os R\$ 22 milhões de IPTU não pagos em 2025, e que "não há outro jeito" senão a cobrança para resolver as dívidas. Ele mencionou a cobrança de IPTU e taxas de clubes que não pagam seus compromissos e o caso dos prédios do Marila que devem R\$ 1 milhão de água.

Um debate acalorado surgiu quando a Vereadora Graziela Costa Leite interveio, questionando se a dívida dos prédios do Marília não estaria prescrita (dívidas desde 2016),



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

argumentando que o gestor público responde por não executar. O Secretário Gilmar Mazeto rebateu, afirmando que a prescrição deve ser arguida quando a cobrança ocorre e que não há absurdo em cobrar, questionando por que esses moradores seriam diferentes. A Vereadora Graziela manteve seu ponto, lembrando que foi advogada dos moradores em 2013/2014 e presenciou a falta de informação e orientação.

Análise Comparativa da Prestação de Contas

Tabela Comparativa de Indicadores - 2º e 3º Quadrimestre de 2025 (Valores em R\$)

Indicador	2º Quadrimestre 2025	3º Quadrimestre 2025	Variação Absoluta	Variação Percentual
RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA (Quadrimestre)				
Receita Corrente	254.497.433	269.824.105	15.326.672	6,02%
Receita Capital	2.193.742	13.742.288	11.548.546	526,45%
Total da Receita Bruta	256.691.175	291.817.086	35.125.911	13,68%
Total da Receita Líquida	236.168.716	270.457.902	34.289.186	14,52%
RECEITAS POR ORIGEM DA ARRECADAÇÃO (Quadrimestre)				
Impostos, Taxas e Contribuições	59.991.066	57.396.861	-2.594.205	-4,32%
Receita Patrimonial	3.886.001	4.202.927	316.926	8,16%
Receita de Serviços	25.266.135	28.272.589	3.006.454	11,90%
Transferências Correntes	161.139.070	176.280.404	15.141.334	9,40%
Outras Receitas Correntes	4.215.161	3.671.324	-543.837	-12,90%
Operações de Crédito	731.967	611.672	-120.295	-16,43%
Transferências de Capital	1.461.775	13.130.616	11.668.841	798,26%
PRINCIPAIS RECEITAS ARRECADADAS (Quadrimestre)				
ICMS	47.265.951	52.644.443	5.378.492	11,38%
FUNDEB	25.522.011	28.428.089	2.906.078	11,39%
FPM	27.562.882	27.080.110	-482.772	-1,75%
IPTU	14.479.559	7.047.949	-7.431.610	-51,32%
ISS	20.296.970	20.375.711	78.741	0,39%



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

IPVA	6.579.188	5.031.038	-1.548.150	-23,53%
SUS	10.318.021	13.576.356	3.258.335	31,58%
ITBI	7.235.572	8.677.844	1.442.272	19,93%
FNDE	2.797.961	2.163.840	-634.121	-22,66%
DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA - EMPENHADAS (Quadrimestre)				
Despesa Corrente Empenhada	193.304.366	171.303.700	-22.000.666	-11,38%
Despesa Capital Empenhada	3.535.078	-5.210.982	-8.746.060	-247,42%
Despesa Total Empenhada	196.839.445	174.343.411	-22.496.034	-11,43%
DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA - LIQUIDADAS (Quadrimestre)				
Despesa Corrente Liquidada	243.267.502	232.541.975	-10.725.527	-4,41%
Despesa Capital Liquidada	13.356.040	11.844.825	-1.511.215	-11,31%
Despesa Total Liquidada	256.623.542	252.637.493	-3.986.049	-1,55%
DESPESAS POR NATUREZA - EMPENHADAS (Quadrimestre)				
Pessoal e Encargos Empenhado	123.528.175	124.553.386	1.025.211	0,83%
Juros e Encargos da Dívida Empenhado	4.837.672	-978.792	-5.816.464	-120,23%
Outras Despesas Correntes Empenhado	64.538.519	47.729.106	-16.809.413	-26,05%
Investimentos Empenhado	3.128.747	-6.546.316	-9.675.063	-309,23%
Amortização da Dívida Empenhado	406.332	1.335.334	929.002	228,62%
DESPESAS POR NATUREZA - LIQUIDADAS (Quadrimestre)				
Pessoal e Encargos Liquidado	123.985.056	125.264.907	1.279.851	1,03%
Juros e Encargos da Dívida Liquidado	4.767.358	3.895.966	-871.392	-18,28%
Outras Despesas Correntes Liquidado	114.515.087	103.381.103	-11.133.984	-9,72%
Investimentos Liquidado	9.039.501	6.441.978	-2.597.523	-28,74%



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Amortização da Dívida Liquidado	4.316.539	5.402.847	1.086.308	25,17%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (Acumulado)				
Receitas Realizadas Acumuladas	527.692.466	798.150.369	270.457.903	51,25%
Despesas Empenhadas Acumuladas	587.208.203	761.551.614	174.343.411	29,69%
Despesas Liquidadas Acumuladas	473.148.445	725.785.938	252.637.493	53,39%
Resultado Empenhado Acumulado	-59.515.736	36.598.755	96.114.491	-161,49%
Resultado Liquidado Acumulado	54.544.021	72.364.431	17.820.410	32,67%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
Receita Corrente Líquida (RCL)	723.803.579	755.716.857	31.913.278	4,41%
Dívida Consolidada Líquida	-13.191.140	-3.115.560	10.075.580	-76,38%
RESULTADO NOMINAL (Acumulado)				
Dívida Consolidada	63.376.278	86.508.918	23.132.640	36,50%
Deduções (RN)	76.567.419	89.624.478	13.057.059	17,05%
Dívida Consolidada Líquida (RN)	-13.191.140	-3.115.560	10.075.580	-76,38%
Resultado Nominal	-39.921.449	-32.612.325	7.309.124	-18,31%
RESULTADO PRIMÁRIO (Quadrimestre)				
Total das Receitas Fiscais	231.919.393	257.780.290	25.860.897	11,15%
Total das Despesas Fiscais	247.539.645	235.087.987	-12.451.658	-5,03%
Resultado Primário	-15.620.252	22.692.302	38.312.554	-245,28%
APLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS (Liquidado/Pago)				
Ensino (% dos Recursos Próprios)	25,54%	27,02%	1,48 pp	5,79%
FUNDEB (% Profissionais Educação Básica)	97,32%	97,03%	-0,29 pp	-0,30%
FUNDEB (% Total)	100,00%	99,64%	-0,36 pp	-0,36%



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Aplicado)				
Saúde (% dos Recursos Próprios)	25,69%	26,66%	0,97 pp	3,78%
DESPESA COM PESSOAL				
% Despesa Líquida com Pessoal (da RCL)	45,30%	44,66%	-0,64 pp	-1,41%

A análise comparativa entre o 2º e o 3º Quadrimestre de 2025 da Prefeitura da Estância Turística de Salto revela transições significativas nas receitas e despesas, bem como uma melhoria notável nos indicadores de resultado orçamentário e fiscal.

Desempenho das Receitas: O 3º quadrimestre demonstrou um crescimento substancial na arrecadação geral. A Receita Capital apresentou um aumento expressivo de 526,45%, passando de R\$ 2,19 milhões para R\$ 13,74 milhões, contribuindo para o crescimento de 13,68% no Total da Receita Bruta e 14,52% no Total da Receita Líquida do quadrimestre. Esse desempenho é impulsionado, em parte, pelo aumento de 798,26% nas Transferências de Capital, que passaram de R\$ 1,46 milhão para R\$ 13,13 milhões. Por outro lado, algumas receitas importantes tiveram queda, como o IPTU, que recuou 51,32%, e o IPVA, com redução de 23,53%. As Receitas Correntes apresentaram um crescimento moderado de 6,02%, enquanto Impostos, Taxas e Contribuições diminuíram 4,32%. O ICMS e o FUNDEB mostraram crescimento acima de 11%.

Evolução das Despesas: Observa-se uma tendência de redução das despesas empenhadas e liquidadas no 3º quadrimestre. A Despesa Total Empenhada diminuiu 11,43%, e a Despesa Total Liquidada recuou 1,55%. As Despesas Correntes Empenhadas e Liquidadas também registraram reduções de 11,38% e 4,41%, respectivamente. Um ponto notável é a variação negativa expressiva nas Despesas Capital Empenhadas (-247,42%) e Investimentos Empenhados (-309,23%), indicando uma possível reclassificação, cancelamento ou desaceleração em novos projetos de capital. Os Juros e Encargos da Dívida Empenhados também tiveram uma variação acentuada negativa de 120,23%. Em contrapartida, houve um aumento na Amortização da Dívida Empenhada (228,62%) e Liquidada (25,17%), e a despesa com Pessoal e Encargos manteve-se relativamente estável, com ligeiro aumento de aproximadamente 1% tanto no empenhado quanto no liquidado.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Resultados Orçamentários e Fiscais: Os resultados orçamentários acumulados indicam uma transição de um cenário de déficit para superávit. O Resultado Empenhado Acumulado teve uma melhora significativa, saindo de um saldo negativo de R\$ 59,51 milhões para um saldo positivo de R\$ 36,60 milhões, representando uma variação de -161,49% (significa uma melhora no resultado). O Resultado Liquidado Acumulado também apresentou crescimento positivo de 32,67%, atingindo R\$ 72,36 milhões. A Dívida Consolidada Líquida apresentou uma redução de 76,38% no valor negativo, passando de R\$ -13,19 milhões para R\$ -3,11 milhões, indicando um alívio na posição da dívida. O Resultado Primário do quadrimestre reverteu de um déficit de R\$ 15,62 milhões para um superávit de R\$ 22,69 milhões, uma transição de -245,28%. A Receita Corrente Líquida (RCL) aumentou 4,41%. No entanto, a Dívida Consolidada (bruta) teve um aumento de 36,50% no período acumulado.

Aplicações Constitucionais e Despesa com Pessoal: As aplicações em Ensino e Saúde superaram os limites mínimos constitucionais em ambos os quadrimestres. A aplicação em Ensino (liquidada/paga) aumentou de 25,54% para 27,02%, e em Saúde, de 25,69% para 26,66%. Em relação ao FUNDEB, a aplicação para Profissionais da Educação Básica e o Total Aplicado mantiveram-se em níveis elevados, próximos ou acima de 97%. A Despesa Líquida com Pessoal em relação à RCL registrou uma ligeira queda de 45,30% para 44,66%, permanecendo abaixo dos limites de alerta e prudencial estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Tendências e Anomalias: A principal tendência observada é a melhoria generalizada nos resultados fiscais, com a reversão de déficits em superávits e a redução da dívida líquida, impulsionada por um forte aumento nas receitas de capital. As anomalias mais notáveis são as variações negativas significativas em rubricas de despesa capital e investimentos empenhados, bem como nos juros e encargos da dívida empenhados, o que pode refletir um ajuste orçamentário ou replanejamento. As receitas de IPTU e IPVA apresentaram quedas que merecem atenção em análises futuras, apesar do bom desempenho geral das receitas.

Encaminhamentos finais:

Indicamos ao Poder Executivo que aprimore a metodologia de previsão de receitas de capital, especialmente aquelas provenientes de convênios, emendas e operações de crédito. A frustração de R\$ 49.729.193 aponta para a necessidade de adotar modelos preditivos mais robustos, talvez utilizando inteligência artificial e análise de dados históricos e contextuais



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

(políticas de governo federal/estadual, ciclos de projetos) para evitar superestimativas e garantir um planejamento orçamentário mais realista e executável para investimentos cruciais.

Indicamos ao Poder Executivo que intensifique e inove nas estratégias de cobrança da Dívida Ativa, cujo valor atualizado está em "trezentos e poucos milhões". Além dos protestos online já implementados pela Procuradoria, sugerimos a criação de um "Programa de Regularização Fiscal Inteligente". Este programa utilizaria análise de dados para segmentar os devedores por perfil e histórico, oferecendo condições de parcelamento dinâmicas e personalizadas. Poderiam ser exploradas plataformas digitais para facilitar a negociação e o pagamento, com foco em educação fiscal e comunicação proativa, ao invés de esperar a iniciativa do devedor, buscando engajar a população com incentivos claros e transparentes.

Indicamos ao Poder Executivo que desenvolva um plano de transparência ativa e detalhada para o uso dos recursos do FUNDEB e de outros investimentos em educação. Em resposta às preocupações sobre o alto percentual na folha de pagamento (97%) e as condições inadequadas de escolas, sugerimos a criação de um "Portal do Investimento em Educação", onde cada projeto, reforma ou aquisição de material didático possa ser acompanhado pelos cidadãos, com informações sobre orçamento, cronograma e fotos do antes e depois. Isso daria visibilidade ao destino dos 2,5% de investimento e ao esforço de realocação de fontes para a área.

Indicamos ao Poder Executivo que reavalie a política de programas de parcelamento (Refis) com uma abordagem inovadora. Considerando a alta inadimplência do IPTU (R\$ 22 milhões não pagos em 2025) e a ineficácia de programas passados, propõe-se um "Refis Social e Digital". Este programa ofereceria condições diferenciadas para famílias em vulnerabilidade social, talvez com consultoria financeira para organizar o orçamento, e utilizaria gamificação e lembretes inteligentes via aplicativos de mensagens para incentivar o pagamento e a regularização, evitando a mera "geração de expectativa" e buscando resultados mais efetivos.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça um grupo de trabalho multidisciplinar, incluindo representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Finanças e Meio Ambiente, para desenvolver uma estratégia proativa de atração de investimentos que contorne ou mitigue as limitações ambientais da CETESB (grau 2). Este grupo poderia focar na prospecção de indústrias de baixo impacto ambiental, tecnologia limpa ou serviços, e desenvolver um "Plano de Incentivos Verdes" que ofereça benefícios fiscais para empresas que



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

adotem práticas sustentáveis e se enquadrem nas restrições existentes, transformando um desafio em uma oportunidade de desenvolvimento sustentável.

Indicamos ao Poder Executivo que implemente um sistema de gestão de infraestrutura viária baseado em dados para o serviço de "tapa-buraco". Utilizando mapeamento georreferenciado, relatórios de cidadãos via aplicativo (crowdsourcing de problemas) e até mesmo análise de imagens por drones, o município poderia otimizar a programação das equipes, priorizar intervenções e monitorar a qualidade do reparo. Além disso, buscar novas tecnologias e materiais para pavimentação que sejam mais resistentes às intempéries, visando a durabilidade e a redução de gastos recorrentes.

Indicamos ao Poder Executivo que amplie a transparência dos atos de gestão fiscal, especialmente os decretos de remanejamento e a prestação de contas de verbas vinculadas. Sugere-se a criação de um módulo específico no Portal da Transparência, ou até mesmo um "Dashboard Fiscal Interativo", onde cada remanejamento seja explicado de forma didática, com gráficos e justificativas claras. Para verbas como o precatório destinado à CSO, detalhar o histórico, a negociação e o impacto fiscal, desmistificando o caráter de "improviso" e reforçando a responsabilidade da gestão.

Indicamos ao Poder Executivo que elabore um "Plano de Sustentabilidade Fiscal de Médio Prazo" que aborde proativamente desafios como a falta de R\$ 25 milhões para a folha de 2026 e R\$ 25 milhões para a educação. Este plano deve ir além do ciclo orçamentário anual, utilizando projeções de cenários econômicos e demográficos para identificar fontes de receita adicionais (exploração de novos mercados, parcerias público-privadas) e estratégias de otimização de despesas (eficiência energética em prédios públicos, digitalização de serviços para redução de custos operacionais), com metas e indicadores de acompanhamento bem definidos.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça um "Núcleo de Recuperação de Créditos Históricos" para analisar e atuar sobre dívidas de longo prazo, como o caso dos prédios do Marila. Este núcleo, com expertise jurídica e de gestão de dados, revisaria o status legal de cada dívida, avaliaria os riscos de prescrição e proporia ações judiciais ou administrativas, incluindo a negociação de acordos extrajudiciais que considerem a capacidade de pagamento, garantindo que o município não abra mão de receitas devidas por inação ou falta de clareza processual.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Indicamos ao Poder Executivo que implemente um canal de comunicação bidirecional e eficiente com os Vereadores e a população, que vá além dos ritos formais. Isso poderia incluir sessões trimestrais de "Diálogo Aberto com Secretários", onde os gestores apresentariam informações detalhadas sobre temas específicos (como FUNDEB, dívida ativa, etc.) e responderiam a questionamentos. Além disso, a criação de uma plataforma digital para requerimentos de informação, com prazos de resposta claros e acompanhamento do status, melhoraria a fluidez e a qualidade da comunicação com o Legislativo e a sociedade civil.

Todas as informações sobre a Audiência Pública constam no site da Câmara no seguinte link: <https://camarasalto.sp.gov.br/tvweb/videos/audiencia-publica-secretaria-de-financas-20-02-2026/>



Antônio Moreira Sobrinho

Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento



Almir de Melo Santos

Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento



Rogério dos Santos Filho

Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento